

EVOLUÇÃO

LA



6 Anos.

A mesma essência.



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjangó (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I. Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 63 (fev. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 208 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.63

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

Isac Chateaufeuf

07 ESPECIAL

12 POIESIS

J. Wilton

ARTIGOS

1. A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Adriana Pereira Santos da Silva 19
2. GARATUJAS E A CONSTRUÇÃO DO DESENHO INFANTIL COMO LINGUAGEM
Adriana Silva de Santana Barros 26
3. MATERIAIS DE LARGO ALCANCE: DO CESTO DE TESOUROS À CONSCIÊNCIA AMBIENTAL
Amanda Zuza dos Anjos 31
4. DAS PÁGINAS AUSENTES AOS FUTUROS POSSÍVEIS: LITERATURA NEGRA, ACERVOS ESCOLARES E A EMERGÊNCIA AFROFUTURISTA COMO PROJETO DE MUNDO
Bianca de Assis Pirahy 41
5. A UNIÃO: O CONCEITO MATEMÁTICO COMO FUNDAMENTO FILOSÓFICO PARA A AGREGAÇÃO SOCIAL HARMÔNICA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO
Calunda dos Santos Jorge / Júnior Zacarias Miguel Paca 45
6. PERFIL DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS EM ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ICISA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024
Capuma Ernesto Eduardo / Wilson Valdemar Gomes Anilba 50
7. AS CEM LINGUAGENS DA CRIANÇA: REGGIO EMILIA EM FOCO
Cícera da Silva Ramos 55
8. O BRINCAR COMO EIXO ESTRUTURANTE DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Cláudia Reolo da Silva Ferreira 62
9. LETRAMENTO MATEMÁTICO: DESENVOLVENDO A COMPREENSÃO E A APLICAÇÃO COTIDIANA NO ENSINO FUNDAMENTAL
Denise Teixeira Santos Menezes 68
10. CONSEQUÊNCIAS DO ANALFABETISMO CIENTÍFICO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO. UM ESTUDO REALIZADO NA COMUNIDADE ACADÊMICA DO ISIA E DO IDERO – 2025/2026
Edson da Conceição Graça 76
11. DA GARATUJA À ESCRITA: RELAÇÕES ENTRE DESENHO, LINGUAGEM E ALFABETIZAÇÃO INICIAL
Elizabeth Aparecida Feitosa Lima 83
12. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E TEA
Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro 89
13. A IMPORTÂNCIA DA ROTINA ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
Joice de Andrade Silva 97
14. LIMITAÇÕES DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA REFORMA DO SETOR PÚBLICO ANGOLANO: EVIDÊNCIAS DO SIAC CACUACO
José Manuel dos Santos 103
15. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Leandro de Almeida Oliveira 108
16. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NO BERÇÁRIO I: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Lilian Silvana Minho Zanetta 115
17. PSICOPEDAGOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO CONTEMPORÂNEO ENTRE TEORIA E PRÁTICA
Luciane de Jesus Mineiro de Lima 121
18. IMPACTO DA MOTIVAÇÃO NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL. ESTUDO REALIZADO NO INSTITUTO POLITÉCNICO NO 131-LUBANGO
Lucoque Bernardo 128
19. PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO EM ANGOLA: O CASO DOS RECLUSOS ATENDIDOS NO HOSPITAL PENITENCIÁRIO PSIQUIÁTRICO
Manuel Paulo Chamorro 135
20. ENTRE AUTONOMIA E NORMATIZAÇÃO: METODOLOGIA ELOS – CONSTRUINDO COLETIVOS
Marcelo Cunha 144
21. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE LETRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
Marli Aparecida Rosa 161
22. EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA
Maria de Lourdes Ferreira da Silva 167
23. A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN
Orlaneide Ferreira Santos Diamante 173
24. A EDUCAÇÃO PSICOMOTORA COMO BASE DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Paula Dulcídio Rosseto 179
25. O PANINHO DE APEGO COMO PRIMEIRO BRINQUEDO: REFLEXÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA MONTESSORI
Renata da Costa Braz 186
26. MOVIMENTO E INFÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DA MOTRICIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR
Simone Gomes de Macêdo Miranda Ferreira 193
27. TEORIA DE ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE NAS ORGANIZAÇÕES ANGOLANA
Ucaca Venâncio António 200



LIMITAÇÕES DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA REFORMA DO SETOR PÚBLICO ANGOLANO: EVIDÊNCIAS DO SIAC CACUACO

José Manuel dos Santos¹

Resumo: A Nova Gestão Pública (NGP) emergiu como um paradigma reformista destinado a aumentar a eficiência do sector público por meio da incorporação de práticas do sector privado. Em Angola, este modelo influenciou a Reforma do Sector Público, destacandose a criação do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC). Todavia, a experiência do SIAC revela limitações estruturais que comprometem os objectivos da NGP. O presente artigo analisa criticamente as razões do fracasso parcial dessa reforma, destacando a transposição acrítica do modelo, o centralismo persistente do Estado, a ausência de autonomia institucional e a fragilidade dos mecanismos de responsabilização. Conclui-se que a eficácia da NGP depende da adaptação ao contexto institucional, sob pena de resultar numa modernização meramente formal.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública; Reforma do Sector Público; SIAC; Angola; Administração Pública.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, a Nova Gestão Pública tem orientado reformas administrativas em diversos países, propondo uma ruptura com o modelo burocrático tradicional. O seu objectivo central consiste em aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos através da adopção de práticas de gestão típicas do sector privado (HOOD, 1991).

Em Angola, a Nova Gestão Pública influenciou a Reforma do Sector Público e esteve na base da criação do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC). Contudo, apesar das expectativas iniciais associadas à modernização administrativa, o SIAC apresenta fragilidades que colocam em causa os pressupostos estruturantes da NGP. Este artigo analisa os factores que explicam o fracasso parcial desta iniciativa, considerando o contexto institucional angolano.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Nova Gestão Pública surgiu nos países anglo-saxónicos num contexto de crise fiscal do Estado e de críticas à ineficiência da burocracia weberiana (POLLITT; BOUCKAERT, 2017). A NGP caracteriza-se pela introdução de técnicas de gestão do sector privado no sector público, com ênfase na eficiência, na descentralização, na gestão por resultados e na responsabilização (HOOD, 1991).

A premissa fundamental da NGP assenta na transferência da eficiência do sector privado para o Estado. Defende-se que os governos devem privilegiar mecanismos de mercado, competição e orientação para resultados, substituindo o controlo de processos pelo controlo de desempenho (OSBORNE; GAEBLER, 1992).

¹ MSc em Gestão Pública e Governação Local pela Faculdade de Direito - UAN e Licenciado em Gestão e Administração Pública pela Faculdade de Ciências Sociais da UAN; é Docente Universitário desde 2011, Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Humanidades do Instituto Superior Politécnico de Kanganjo - ISKA e Membro do Gabinete da Qualidade de Ensino do ISKA. É membro convidado do Conselho Científico e do Conselho de Direcção.
Contacto Whatsapp: 923315450, E-mail: josmelsa@gmail.com

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) de caráter analítico-descritivo, permitindo analisar tanto a percepção dos utentes e funcionários quanto os aspectos administrativos do SIAC Cacuaco (MASSUANGANY, 2014; POLLITT; BOUCKAERT, 2017).

A população incluiu funcionários do SIAC (técnicos administrativos, operadores de atendimento e chefias intermédias) e utentes. A amostra foi de 70 participantes por conveniência: 30 funcionários e 40 utentes, além de 2 responsáveis entrevistados para aprofundar questões de autonomia, manutenção e avaliação de desempenho (FEIJÓ, 2019; ROCHA, 2010).

A recolha de dados utilizou questionários fechados com escala Likert de 3 pontos (1 = discordo; 2 = concordo parcialmente; 3 = concordo) e entrevistas semiestruturadas aos responsáveis do SIAC (HOOD, 1995; DENHARDT; DENHARDT, 2015). Os dados quantitativos foram analisados por frequências e percentuais, e os qualitativos por análise de conteúdo temática, permitindo confrontar as percepções com os princípios da Nova Gestão Pública.

Essa abordagem metodológica possibilitou verificar de forma coerente que a eficiência operacional, a autonomia administrativa, a avaliação de desempenho e a accountability do SIAC não atingem plenamente os padrões esperados pela NGP (HOOD, 1991; MASSUANGANY, 2014; FEIJÓ, 2019).

O SIAC NO CONTEXTO DA REFORMA DO SECTOR PÚBLICO EM ANGOLA

O Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) foi concebido como um serviço de balcão único, destinado a integrar diversos serviços públicos num mesmo espaço físico, com o objectivo de reduzir a burocracia, racionalizar procedimentos administrativos e melhorar o atendimento ao cidadão. Do ponto de vista conceptual, o SIAC enquadra-se claramente nos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), ao privilegiar a eficiência, a rapidez, a padronização dos procedimentos e a orientação para o utilizador enquanto “cliente” do serviço público.

Contudo, no contexto angolano, a implementação deste modelo ocorreu num quadro institucional marcado por fortes traços de centralização administrativa, fraca autonomia dos serviços e limitada cultura de gestão por resultados. A reforma do sector público em Angola tem sido caracterizada por uma modernização essencialmente formal, pouco acompanhada de transformações estruturais na organização do Estado e na cultura administrativa (MASSUANGANY, 2014).

A Administração Pública angolana permanece fortemente condicionada por uma lógica jurídico-burocrática centralista, o que dificulta a consolidação de modelos de gestão inspirados na eficiência e na responsabilização (FEIJÓ; PACA, 2016).

Reformas administrativas tendem a falhar quando desconsideram as condições institucionais, políticas e culturais do contexto em que são implementadas (POLLITT; BOUCKAERT, 2017). O caso do SIAC ilustra de forma clara esta limitação estrutural da reforma do sector público em Angola.

FACTORES DO FRACASSO DO SIAC

TRANSPOSIÇÃO ACRÍTICA DO MODELO DA NGP

A implementação da NGP em Angola ocorreu de forma predominantemente importada, sem a devida adaptação às especificidades institucionais, administrativas e políticas do Estado angolano. A NGP não constitui um modelo universal, sendo altamente dependente do contexto administrativo em que é aplicada (HOOD, 1995).

Muitas reformas administrativas em Angola reproduzem modelos estrangeiros sem considerar as limitações da capacidade institucional local, resultando em soluções desajustadas à realidade do sector público angolano (MASSUANGANY, 2014). Assim, o SIAC surge mais como um transplante institucional do que como uma reforma organicamente construída a partir das necessidades internas da Administração Pública.

PERSISTÊNCIA DO CENTRALISMO ESTATAL

Apesar do discurso reformista associado à modernização administrativa, o funcionamento do

SIAC permanece fortemente dependente do Estado central. A concentração das decisões administrativas, financeiras e operacionais limita a autonomia institucional e contraria o princípio da descentralização, considerado central na NGP (POLLITT; BOUCKAERT, 2017).

O centralismo administrativo em Angola constitui um dos principais entraves à eficácia das reformas públicas, uma vez que reduz a capacidade de resposta dos serviços e impede a adaptação às realidades locais (FEIJÓ, 2019).

AUSÊNCIA DE AUTONOMIA DE GESTÃO

A falta de autonomia administrativa e financeira dos gestores do SIAC compromete a aplicação efectiva da gestão por resultados, um dos pilares da NGP. A inexistência de autonomia transforma a modernização administrativa num exercício meramente formal, sem impacto real na qualidade dos serviços prestados ao cidadão (ROCHA, 2010).

No sector público angolano, a autonomia dos serviços é frequentemente limitada por mecanismos de controlo excessivamente centralizados, o que inviabiliza a responsabilização dos gestores e a avaliação do desempenho institucional (MASSUANGANY, 2014).

FRAGILIDADE DA MANUTENÇÃO E DAS INFRA-ESTRUTURAS

A degradação progressiva das instalações do SIAC evidencia a ausência de planeamento estratégico e de políticas de manutenção preventiva. A sustentabilidade das reformas administrativas depende não apenas da criação de novas estruturas, mas também da sua manutenção contínua (FEIJÓ; PACA, 2016).

ÊNFASE EXCESSIVA EM INDICADORES QUANTITATIVOS

O desempenho do SIAC é avaliado predominantemente por indicadores quantitativos, como o número de atendimentos realizados, em detrimento da análise qualitativa da satisfação do cidadão. Este fenómeno caracteriza-se como gerencialismo superficial, no qual os indicadores substituem a avaliação substantiva da qualidade do serviço público (HOOD, 1995).

A obsessão por metas numéricas, sem mecanismos eficazes de controlo da qualidade, tende a distorcer os objectivos da reforma administrativa (MASSUANGANY, 2014).

DÉBIL ACCOUNTABILITY

A ausência de mecanismos eficazes de accountability limita os efeitos da reforma do SIAC. A accountability constitui condição essencial para a legitimidade, a transparência e a eficácia da Administração Pública (DENHARDT; DENHARDT, 2015).

No caso angolano, a fragilidade dos mecanismos de controlo administrativo e jurídico contribui para a perpetuação de práticas ineficientes (FEIJÓ, 2019).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DO SIAC CACUACO

CHARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

O estudo empírico foi realizado no Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) Cacucaco, localizado na província de Luanda. Esta unidade foi seleccionada por representar um dos principais pontos de contacto entre o Estado e os cidadãos, constituindo um espaço privilegiado para observar a aplicação prática dos princípios da Nova Gestão Pública (NGP) no contexto angolano.

O SIAC Cacucaco presta diversos serviços públicos integrados, envolvendo funcionários de diferentes sectores da Administração Pública e atendendo diariamente um número elevado de utentes.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo é constituída por:

- Funcionários afectos ao SIAC Cacucaco (técnicos administrativos, operadores de atendimento e chefias intermédias)
- Uteses (clientes) que recorrem aos serviços do SIAC

A amostra é composta por 70 elementos, seleccionados por conveniência, distribuídos da seguinte forma:

- 40 utentes
- 30 funcionários de diferentes categorias funcionais

Adicionalmente, foram entrevistados 2 responsáveis do SIAC, por meio de perguntas abertas, com o objectivo de aprofundar aspectos de gestão, autonomia institucional e responsabilização.

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados foi realizada através de:

- Questionário estruturado, composto por 8 perguntas fechadas, aplicadas aos 70 participantes (funcionários e utentes)
- Entrevista semiestruturada, composta por perguntas abertas, aplicada exclusivamente aos 2 responsáveis do SIAC.

As perguntas fechadas utilizaram uma escala do tipo Likert, permitindo aferir o grau de concordância dos inquiridos relativamente às afirmações apresentadas.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

PERGUNTA 1 – O ATENDIMENTO NO SIAC É RÁPIDO E EFICIENTE?

- Concordam: 28%
- Concordam parcialmente: 34%
- Discordam: 38%

Os dados indicam que a maioria dos inquiridos manifesta insatisfação ou concordância parcial, sugerindo que a eficiência operacional, um dos pilares da NGP, não é plenamente alcançada (HOOD, 1991; POLLITT; BOUCKAERT, 2017).

PERGUNTA 2 – OS SERVIÇOS PRESTADOS NO SIAC REDUZEM A BUROCRACIA ADMINISTRATIVA?

- Concordam: 31%
- Concordam parcialmente: 29%
- Discordam: 40%

Observa-se uma percepção dominante de que a burocracia não foi significativamente reduzida, contrariando um dos objectivos centrais da criação do SIAC (MASSUANGANY, 2014).

PERGUNTA 3 – OS FUNCIONÁRIOS DO SIAC DISPÕEM DE AUTONOMIA PARA RESOLVER PROBLEMAS DOS UTENTES?

- Concordam: 22%
- Concordam parcialmente: 30%
- Discordam: 48%

Este resultado evidencia baixa autonomia administrativa, confirmando empiricamente a persistência do centralismo estatal identificado na literatura (FEIJÓ, 2019; ROCHA, 2010).

PERGUNTA 4 – AS CONDIÇÕES FÍSICAS E INFRA-ESTRUTURAIS DO SIAC SÃO ADEQUADAS?

- Concordam: 19%
- Concordam parcialmente: 27%
- Discordam: 54%

A maioria dos inquiridos avalia negativamente as infra-estruturas, reforçando a fragilidade da manutenção e do planeamento estratégico (FEIJÓ; PACA, 2016).

PERGUNTA 5 – O SIAC É ORIENTADO PARA A SATISFAÇÃO DO CIDADÃO?

- Concordam: 26%
- Concordam parcialmente: 33%
- Discordam: 41%

Os dados sugerem que a orientação para o utilizador, princípio-chave da NGP, não se traduz plenamente na prática quotidiana (HOOD, 1995).

PERGUNTA 6 – EXISTEM MECANISMOS CLAROS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NO SIAC?

- Concordam: 35%
- Concordam parcialmente: 38%
- Discordam: 27%

Embora existam mecanismos de avaliação, estes parecem ser percebidos como insuficientes ou pouco claros, corroborando a crítica ao uso excessivo de indicadores quantitativos (MASSUANGANY, 2014).

PERGUNTA 7 – OS INDICADORES DE DESEMPENHO REFLECTEM A QUALIDADE REAL DO SERVIÇO?

- Concordam: 21%
- Concordam parcialmente: 36%
- Discordam: 43%

Este resultado confirma a existência de gerencialismo superficial, no qual os números não traduzem a experiência efectiva do cidadão (HOOD, 1995).

PERGUNTA 8 – O SIAC PROMOVE TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIZAÇÃO (ACCOUNTABILITY)?

- Concordam: 18%

- Concordam parcialmente: 32%
- Discordam: 50%

A percepção maioritária aponta para fraca accountability, fragilizando a legitimidade da reforma administrativa (DENHARDT; DENHARDT, 2015; FEIJÓ, 2019).

- Análise qualitativa das entrevistas aos responsáveis

As entrevistas realizadas aos dois responsáveis do SIAC revelam que:

- A autonomia financeira é extremamente limitada, dependendo de autorizações superiores para decisões básicas
- A manutenção das infraestruturas não obedece a um plano regular, sendo frequentemente reactiva
- Os indicadores de desempenho são impostos centralmente, sem adaptação à realidade local

Estes testemunhos confirmam que a implementação da NGP ocorre de forma formal e centralizada, sem internalização efectiva dos seus princípios (HOOD, 1995; MASSUANGANY, 2014).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS EMPÍRICOS

Os dados empíricos corroboram a análise teórica apresentada ao longo do artigo: - A NGP foi implementada de forma importada e descontextualizada (HOOD, 1991; MASSUANGANY, 2014); - O centralismo estatal limita a autonomia e a inovação (FEIJÓ, 2019); - A avaliação do desempenho privilegia a quantidade em detrimento da qualidade (HOOD, 1995); - A ausência de accountability compromete a confiança dos cidadãos (DENHARDT; DENHARDT, 2015). Deste modo, o estudo empírico confirma o fracasso parcial da Reforma do Sector Público baseada na NGP, reforçando a tese de que a modernização administrativa em Angola permanece essencialmente formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) demonstra que o fracasso parcial da Reforma do Sector Público baseada na Nova Gestão Pública (NGP) em Angola resulta da incompatibilidade entre um modelo gerencial importado e uma administração pública

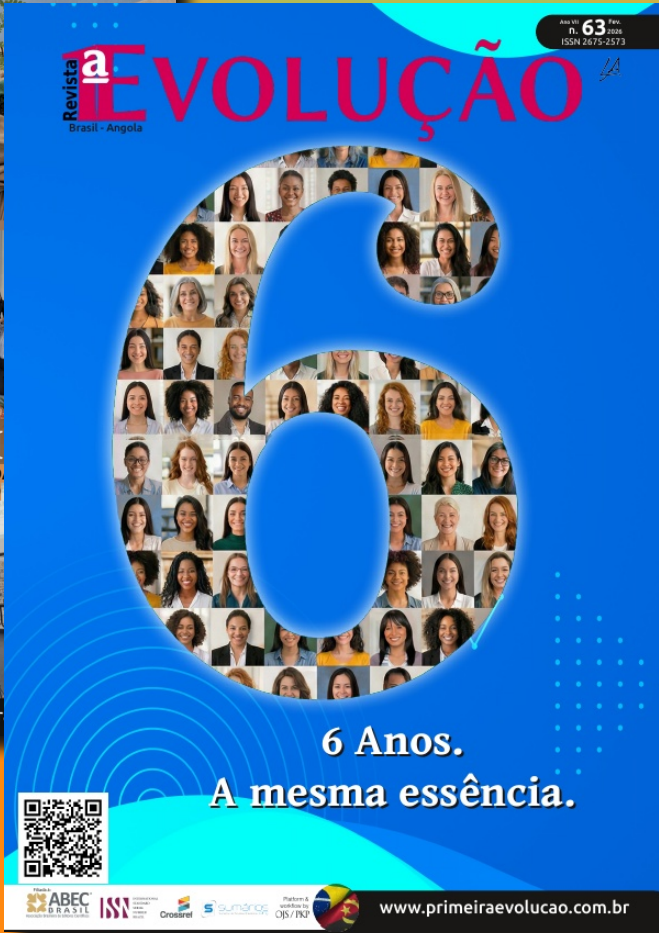
marcada pelo centralismo, pela fraca autonomia institucional e por limitações de capacidade administrativa (MASSUANGANY, 2014; FEIJÓ, 2019).

A experiência empírica realizada no SIAC Cacuo evidencia que a eficiência do sector privado não pode ser transferida mecanicamente para o Estado sem reformas estruturais profundas (HOOD, 1991; OSBORNE; GAEBLER, 1992). A persistência de práticas centralizadas, a ausência de accountability eficaz e a avaliação baseada predominantemente em indicadores quantitativos reduzem a qualidade do serviço e comprometem os objetivos centrais da reforma (HOOD, 1995; DENHARDT; DENHARDT, 2015; MASSUANGANY, 2014).

No entanto, as abordagens endógenas e contextualizadas são essenciais para a modernização da administração pública angolana, devendo as reformas considerar as condições institucionais, políticas e culturais locais, garantindo autonomia gerencial, mecanismos de responsabilização e um equilíbrio entre eficiência e qualidade dos serviços prestados ao cidadão (POLLITT; BOUCKAERT, 2017; FEIJÓ; PACA, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. **The new public service: serving, not steering**. 4. ed. New York: Routledge, 2015.
- FEIJÓ, C. M. **Direito Administrativo Angolano**. Luanda: Casa das Ideias, 2019.
- FEIJÓ, C. M.; PACA, C. **Direito Administrativo**. Luanda: Casa das Ideias, 2016.
- HOOD, C. **A public management for all seasons?** Public Administration, v. 69, n. 1, p. 3–19, 1991.
- HOOD, C. The “New Public Management” in the 1980s: variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, n. 2–3, p. 93–109, 1995.
- MASSUANGANY, J. I. **Administração e gestão pública: administração estratégica e liderança visionária**. Luanda: Mayamba Editora, 2014.
- OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector**. Reading: Addison-Wesley, 1992.
- POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. **Public management reform: a comparative analysis – into the age of austerity**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- ROCHA, J. A. O. **Gestão pública e modernização administrativa**. Lisboa: Escolar Editora, 2010.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.63>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriana Pereira Santos da Silva

Adriana Silva de Santana Barros

Amanda Zuza dos Anjos

Bianca de Assis Pirahy

Calunda dos S. Jorge / Júnior Zacarias M.Paca

Capuma E. Eduardo / Wilson V. Gomes Anilba

Cícera da Silva Ramos

Cláudia Reolo da Silva Ferreira

Denise Teixeira Santos Menezes

Edson da Conceição Graça

Elizabeth Aparecida Feitosa Lima

Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro

Joice de Andrade Silva

José Manuel dos Santos

Leandro de Almeida Oliveira

Lilian Silvana Minho Zanetta

Luciane de Jesus Mineiro de Lima

Lucoque Bernardo

Manuel Paulo Chamorro

Marcelo Cunha

Marli Aparecida Rosa

Maria de Lourdes Ferreira da Silva

Orlaneide Ferreira Santos Diamante

Paula Dulcídio Rosseto

Renata da Costa Braz

Simone Gomes de Macêdo Miranda Ferreira

Ucaca Venâncio Antônio

Indexadores:



Filiada à:



Parceiros:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

